

XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

GT Pensamento Social no Brasil (15)

MODERNISMO, ROTINA INTELLECTUAL E ESTADO-NAÇÃO:

A OBRA DE RONALD DE CARVALHO

André Botelho*

2005

* Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP), atualmente é professor do PPGSA/IFCS/UF RJ.

André BOTELHO

Introdução

“Na França, já não se acredita em André Gide. No Brasil, ainda morremos pelos *Direitos do Homem* e pelas redondilhas de Sá de Miranda” (Carvalho, 1935: 34). Assim, Ronald de Carvalho (1893-1935) concluía um dos artigos compilados em *Caderno de imagens da Europa* (1935), originalmente publicados na primeira metade da década de 1930 nas colunas “Caderno de Imagens” e “Sob a Vinha Florida” mantidas no jornal carioca *A Pátria* ao longo da sua permanência na França como Primeiro Secretário da Embaixada do Brasil. O trecho remete às idéias centrais desse modernista carioca.

Deixo de lado o bovarismo que transparece na desenvoltura com que a sentença é empregada, advindo talvez de uma pretensa autoridade cosmopolita face à supostamente “provinciana” ou mesmo “atrasada” vida cultural brasileira que, como tal, parecia precisar ser atualizada das últimas novidades que circulavam por Paris, então capital cultural da América Latina (Rivas, 1993). Ou decorrente mesmo da condição de diplomata do Autor. Ou precisamente de uma combinação de ambos os fatores, posto que, como bem observou um contemporâneo seu, Tasso da Silveira, “fazendo do Itamaraty tela de fundo, de altos modos civilizados, escritor e poeta de estirpe, Ronald também longamente fez empalidecer em torno a nomeada e o prestígio dos demais” exercendo verdadeira “ditadura literária” no Rio de Janeiro nos anos 1920 (Silveira, s.d.: 16-7). Lembro apenas que esse bovarismo relaciona-se com uma experiência intelectual básica e potencialmente reveladora do processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, cujos intelectuais parecem

** Apresento nesta comunicação um resumo da discussão desenvolvida em Botelho (2005).

recorrentemente tocados por um “sentimento de viverem entre instituições e idéias que são copiadas do estrangeiro e não refletem a realidade local” (Schwarz, 1987: 39).

Concentro-me na própria sentença. O que poderia significar dizer que o escritor francês André Gide estaria desacreditado na França? E qual a relação desse primeiro enunciado com o segundo, de que no Brasil ainda morreríamos pelos “Direitos do Homem” e pelas “redondilhas de Sá de Miranda”? E, afinal, qual seria a relação possível entre a necessidade de reconhecimento de direitos básicos que historicamente haviam assegurado a vitória dos cidadãos sobre o poder - e uma perspectiva para novas conquistas democráticas - e uma forma específica de versificação - uma estrofe de quatro versos, na qual o primeiro rima com o último e o segundo com o terceiro - de Francisco de Sá de Miranda, um poeta português do início do século XVI? Como interpretar este despautério?

Mais do que seus possíveis significados, proponho perguntar pelo *sentido* da sentença. Sua chave encontra-se no primeiro enunciado, tema do artigo de que foi retirada. Observo, nesse sentido, que, identificado pelos críticos conservadores do liberalismo político, da democracia e do socialismo como a encarnação da “pederastia”, do “ateísmo” e da “sedução comunista”, André Gide era acusado àquela altura “de contaminar a juventude e desonrar as letras francesas” (Winock, 2000: 199). Acreditar em Gide, naquele momento, poderia ser então aceitar como válidas as ideologias que segundo seus críticos nele se encarnavam. Afirmando, contudo, que na França já não se acreditava em Gide, Ronald de Carvalho está advertindo seus conterrâneos, portanto, de que aquelas ideologias já estariam desacreditadas na Europa. Em sendo assim, como e por que sustentar, no Brasil, por exemplo, a defesa de direitos políticos como base do modelo de cidadania societário propugnado pela ideologia liberal-democrática?

Mas mesmo assim, por que associar direitos às redondilhas de Sá de Miranda? Observo, nesse sentido, que Ronald de Carvalho participou ativamente dos embates

modernistas em torno da renovação poética brasileira. Ora, dizer que no Brasil ainda morríamos pelas “redondilhas de Sá de Miranda” num momento em que, como sugere a interpretação do primeiro enunciado da sentença, as ideologias liberal e democrática estariam desacreditadas, pode significar tanto que os homens de letras brasileiros se perdiam em debates estéticos quando questões mais graves ocupavam seus congêneres europeus; ou ainda que, assim como o ideal normativo dos Direitos do Homem no contexto político inaugurado no Brasil com a Revolução de 1930, também o soneto estaria ultrapassado após as batalhas modernistas.

Espero não forçar o argumento lembrando que tanto o modelo liberal-democrático de cidadania quanto o soneto, entendidos e combatidos durante os anos 1920 como frutos do transplante de ideários exógenos à sociedade brasileira – político-institucional, no primeiro caso, e estético, no segundo -, deveriam ser ultrapassados com a reconciliação - no campo da política e no campo da cultura - da sociedade brasileira com suas tradições supostamente originais, profundas e autênticas, base para a reconstrução de uma nova ordenação social em termos nacionais que encontrasse correspondência na “realidade” brasileira particular. Afinal, o princípio de universalidade presente tanto na ideologia liberal-democrática quanto na estética parnasiana, nesta última associado à concepção social do homem característica do ideário mais amplo do naturalismo (Wilson, 1991), fora sistematicamente interpretado como importado e genérico demais para dar conta da alegada idiossincrasia brasileira naqueles decisivos anos modernistas.

Este o sentido da sentença de Ronald de Carvalho que forma o eixo dos seus artigos quase semanais publicados por duas décadas em alguns dos principais jornais do país oferecidos, como ele mesmo disse, ao seu “leitor amigo da Praia de Botafogo, de São Clemente ou Copacabana” (Carvalho, 1935, 131). E, também, o sentido da problemática substantiva formada na sua obra ensaística dos anos 1920-30. Nela, como procuro mostrar

neste trabalho, Ronald de Carvalho articula a defesa da renovação estética à crítica ao liberalismo político e ambos à necessidade de definição da “cultura” como a fonte de uma nova forma de solidariedade social, a de tipo nacional. Nesse sentido, sustenta o empenho em “combater todos os preconceitos infecundos que nos levaram ao servilismo das imitações inúteis, afastando-nos da *realidade brasileira*, substituindo-a pelo artificialismo precioso de fórmulas e teorias emprestadas” (Idem, 1935: 14, grifos no original).

Textos e trajetória intelectual¹ de Ronald de Carvalho constituem material privilegiado para identificar e analisar as inter-relações entre o tema da renovação cultural, de que se fizeram porta-vozes os modernistas em geral, e o tema da organização social e política brasileira, de que se ocuparam, mais explicitamente, os críticos conservadores e autoritários da Primeira República liberal e oligárquica, a exemplo de Oliveira Vianna. Embora contemporâneas e igualmente marcadas por especulações de futuro sobre a ordenação da sociedade brasileira como Estado-nação, as duas problemáticas raramente foram desenvolvidas de modo integrado nas análises do período, como aqui se procura fazer. Assim procedendo, espera-se poder qualificar de modo mais adequado o debate que a sociedade brasileira estava travando com ela própria, e através dos seus intelectuais, quanto ao *sentido* das transformações sociais em curso num momento em que abria-se nova etapa e em novo patamar o processo de construção nacional no Brasil.

A hipótese do trabalho é que a obra modernista de Ronald de Carvalho concorreu, nas diferentes esferas sociais articuladas na sua produção, recepção e circulação, para a “rotinização”² de um conjunto de valores e práticas sociais antiliberais que, como tem assinalado a literatura pertinente (Lamounier, 1977; Oliveira, 1982; Reis, 1998; Carvalho, 2004), constituíram elementos decisivos nos processos ideológicos que durante a Primeira

¹ Para a trajetória intelectual de Ronald de Carvalho, ver Botelho, 2005; para sua atuação no Itamaraty e na chefia da Casa Civil do governo constitucional Vargas, ver Botelho, 2005a.

² Tomo a categoria “rotinização” à análise de Max Weber das transformações do carisma (Weber, 1992: 197-204). Ver também Giddens, 2003; Botelho, 2005.

República sedimentaram, no Brasil, uma “ideologia autoritária de Estado” como instituição ordenadora da sociedade consagrada na Revolução de 1930 e consolidada no Estado Novo. E cujas conseqüências para a cidadania sentem-se ainda hoje.

Escrevendo textos, construindo o Estado-nação

Contado por João Cruz Costa entre os primeiros escritores brasileiros que após a Primeira Guerra Mundial passaram a nutrir uma “grande curiosidade do Brasil” (Costa, 1967: 402), Ronald de Carvalho “ficou meio à margem”, como observou Antonio Candido, “da onda de interesse universitário desenvolvida em São Paulo a partir de 1960 em relação aos escritores modernistas brasileiros” (Candido, 2001: 15). Lembrado, quando muito, na ambígua condição de *poeta menor* do modernismo, Ronald de Carvalho teve sua obra poética avaliada como formalmente insatisfatória da perspectiva da renovação estética atribuída ao modernismo. Modernismo sempre singularizado a partir da experiência paulista e sua suposta dificuldade, em termos idiossincráticos (Prado, 1983, por exemplo). Coube, trinta anos após a Semana de Arte Moderna, a Sérgio Milliet dar a sentença: “Ronald de Carvalho, assim como outros da Semana, não foi um modernista” (Milliet, 1952: 41).³

Não resta dúvida de que os modernistas paulistas, e mesmo que os críticos literários que se formaram procurando tirar conseqüências da tradição intelectual supostamente inaugurada com a Semana de 1922, lograram impor, em grande medida, uma definição do próprio sentido do modernismo brasileiro a partir dos seus valores e práticas particulares. Movimento a tal ponto hegemônico que parece ainda natural que os interessados pelos novos temas e linguagens que caracterizam tanto a produção quanto o exercício das diferentes

³ Ronald participou da Semana de Arte Moderna pronunciando, na primeira noite, a conferência “A pintura e a escultura moderna no Brasil”, e declamando poemas seus, de Ribeiro Couto, e o “Sapos” de Bandeira - “bravamente declamado [...] sob os apupos, os assobios, a gritaria de ‘foi não foi’ da maioria do público, adversa ao movimento” (Bandeira, 1974: 59). Ronald é considerado ainda o responsável pela adesão de Heitor Villa-Lobos, seu amigo pessoal, e dos artistas plásticos Hildegardo Leão Velloso, Zina Aita e Vicente do Rego Monteiro à Semana, tendo a ela enviado parte significativa da sua própria coleção particular para exposição (Amaral, 1998). Antes dela, participou do modernismo português em torno da

atividades do chamado “campo cultural” brasileiro dos anos 1920 devam se encaminhar às obras e aos autores paulistas que, pretendendo aparecer como representantes do espírito da época, valem ainda hoje como tais (Miceli, 1996 e 2001; Hardman, 1996 e 2000).

Não resta dúvida igualmente de que as controvérsias sobre a questão estética, em geral, e a poética, em particular, além de características do período, possuem um significado sociológico mais amplo. Afinal, a adoção do verso livre europeu, e a aproximação ao mundo prosaico que ele parecia implicar, como instrumento de reação à hegemonia parnasiana constituiu também, embora com sentido exatamente oposto ao das experiências européias de onde provinham, “um meio de descoberta de ângulos novos da realidade brasileira, encobertos no processo histórico que gerou o atraso econômico-social do país” e, assim, um novo “instrumento de pesquisa e conhecimento de uma realidade também muito heterogênea e misturada, com aspectos desconhecidos e muitas vezes inéditos até então para a consciência crítica nacional” (Arrigucci Jr., 1990: 57).

Do ponto de vista analítico, entretanto, a questão da renovação estética permanece muito controversa mesmo no âmbito da crítica especializada, sobretudo quanto à precedência dos modernistas paulistas ou dos seus congêneres cariocas que, a exemplo de Ronald de Carvalho, praticavam o simbolismo ainda antes de 1922 (Muricy, 1952; Bosi, 1966; Goldstein, 1983). O que não surpreende, posto que sendo a crítica cultural necessariamente “auto-referencial”, no sentido que deve validar seus próprios “instrumentos lingüísticos”, mobiliza freqüentemente “conceitos de contrastes”, cujos significados são extraídos tanto do que “nega” quanto do que “afirma” (Jameson, 1994: 28). Daí a “instabilidade semântica” da idéia de “ruptura” que, dependendo do que está sendo negado e, em contraste, do que está sendo afirmado, pode aparecer em diferentes “contextos semânticos” com diversos significados (Ibidem). Não será preciso insistir ainda no fato de que, baseada em cômodas

revista *Orpheu*, com jovens simbolistas como Raul Leal, Mário de Sá Carneiro, José de Almada Negreiros, Luís de Montalvor e Fernando Pessoa (Saraiva, 1986).

distinções entre “novo” e “velho”, a ênfase numa idéia unilateral, uniforme e progressista de ruptura estética coloca-se “de costas aos princípios dialéticos mais elementares” (Enzensberguer, 1971: 86), mas apenas lembrar que se “a idéia de ruptura absoluta é ‘metafísica’, também o é a noção de uma continuidade inteiramente sem cortes” (Eagleton, 1993: 9). Tradição e modernidade, continuidade e ruptura, cultura e política são, ademais, temas que se colocam e interagem de formas variadas no contexto intelectual modernista em âmbito internacional (Bradbury e McFarlane, 1989).

É certo que Ronald de Carvalho participou da polêmica modernista através da sua obra poética.⁴ Gênero com o qual não apenas estreou, como muitos dos seus contemporâneos, mas teve também a oportunidade de glosar, no melhor espírito irreverente que caracteriza em grande medida sua época, mas não a sua narrativa em particular, como “o veículo fatal de todas as coisas, a medida da inspiração amorosa e da inspiração industrial. Dependurava-se dos bondes, esgueirava-se da carteira dos amanuenses e pulava das balas de estalo. Passaporte para o casamento, para o suicídio ou para a celebridade suburbana, era sempre a chave mágica da fama” (Carvalho, 1976: 107). A poesia não foi, contudo, seu único ou sequer seu principal meio de expressão e atuação intelectual no contexto modernista dos anos 1920-30.

Ronald de Carvalho exerceu intensa e sistemática atividade como publicista na imprensa da então capital federal brasileira desde a década de 1910. Autor de centenas de artigos publicados em jornais como *Diário de Notícias*, *A Pátria*, *O Jornal* e *Jornal do Brasil*, publicou muito também em revistas literárias e culturais, como *Movimento Brasileiro*, *O Mundo Literário*, *América Latina*, *Klaxon*, *Terra de Sol*, *Ilustração Brasileira*, *Revista Nova*, *Revue de L’Amerique Latine* entre outras. Destacou-se ainda como conferencista, modalidade da atividade intelectual tradicionalmente valorizada na sociedade brasileira, e que embora

⁴ Cito, para ilustrar a participação de Ronald nas polêmicas poéticas do período, o caso do seu *Epigramas irônicos e sentimentais* (1922) que lhe valeu a crítica de Osório Duque Estrada de plágio de uma quadra popular transcrita no livro sem aspas. A esta crítica publicada na coluna “Registro Literário” do *Jornal do Brasil* em 12 de dezembro de 1922, Ronald

fosse recebida com reservas por parte dos círculos intelectuais modernistas, ainda desfrutava de grande prestígio junto ao público culto dos anos 1920-30 (Botelho, 2005). Reservas que ganham inteligibilidade em função, talvez, da identificação da prática da conferência à cultura bacharelesca, sintetizada no chamado “lado doutor” da nossa formação cultural, à qual os modernistas procuravam se contrapor. Foram tantas as conferências proferidas por Ronald que, já em 1924, Mário de Andrade observava em carta a Manuel Bandeira que o “Ronald precisa deixar de ser o homem que faz conferências” (Andrade, 2000: 136).

Atividade que, inclusive, dada sua condição de diplomata, não se circunscreveu às fronteiras brasileiras. A atuação de Ronald de Carvalho no Itamaraty foi marcada, sobretudo, pelo empenho intelectual. Sua inserção no mundo diplomático parece mesmo concebida e desenvolvida dentro de uma estratégia que procurava maximizar o reconhecimento social de que a afirmação do Brasil no então chamado “concerto das nações” exigia, não apenas a atualização das elites intelectuais brasileiras e a divulgação das suas idéias, como também e de modo crescente, a própria propaganda do Brasil no exterior (Botelho, 2005a). O que fez Joaquim Inojosa em artigo publicado em *A Notícia*, do Recife, em 2 de maio de 1923, referir-se a Ronald como o “Embaixador do pensamento brasileiro” (*Apud* Azevedo, 1984: 38). Como exemplo destaco as seguintes conferências proferidas no México em 1923: “Arte brasileira”, na qual retoma a conferência “A pintura e a escultura moderna no Brasil” proferida na primeira noite da Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922; “Literatura brasileira”; “A psiché brasileira” e “Bases da nacionalidade brasileira”. Esta última foi publicada originalmente em *À margem da história da República* (1924), organizado por Vicente Licínio Cardoso (1981). Todas essas conferências foram publicadas também na revista *Terra de Sol* editada por Tasso da Silveira e Álvaro Pinto no Rio de Janeiro, em 1924, e, no mesmo ano, reunidas em *Estudos brasileiros – 1ª série*.

respondeu com um processo criminal, do qual, no entanto, julgado em duas instâncias, Duque Estrada foi absolvido (Diniz, 1924).

Também a produção em livros de Ronald de Carvalho é considerável.⁵ Embora não exista, do ponto de vista temático, uma unidade nos seus ensaios, eles formam como observou Antonio Carlos Villaça a propósito de *Estudos brasileiros – 1ª série*, um tipo de “introdução geral ao Brasil como cultura” (Villaça, 1976: 7). Penso que a sugestão é apropriada e pode ser estendida à obra de Ronald de Carvalho como um todo, mas desde que se leve em conta dois aspectos: em primeiro lugar que a problemática central formulada neles diz respeito não à constatação da existência de uma “cultura brasileira”, mas sim às possibilidades de *formação* da mesma. Em segundo, que “cultura” não aparece, nos seus ensaios, dissociada da dimensão “política” da vida social.

Tanto na *Pequena história da literatura brasileira* (1919), quanto em “Arte brasileira”, ensaio reunido em *Estudos brasileiros – 1ª série* (1924), por exemplo, Ronald de Carvalho “constata” o caráter inorgânico da arte produzida no Brasil e atribui suas causas à ausência de uma “cultura” em termos nacionais, que tornasse o seu repertório mais integrado e as suas manifestações mais interdependentes. Se do ponto de vista dos fatores geográficos e raciais, que tanto haviam preocupado seus predecessores no gênero, estariam asseguradas as condições para a definição da formação nacional do Brasil, restava para o modernista a questão da existência de uma “cultura brasileira” que se pudesse identificar em termos nacionais. Ronald de Carvalho:

Em face, pois, dos fatores naturais e étnico-históricos [...] o Brasil representa, sem dúvida, uma força nova da humanidade, e é lógico que possua, como de fato possui, uma civilização mais ou menos definida, onde predominam, é certo, as influências européias, mas onde já se vislumbram vários indícios de uma próxima autonomia intelectual, de que a sua

⁵ No gênero poesia, compõe-se de *Luz gloriosa* (1914), *Poemas e sonetos* (1919), *Epigramas irônicos e sentimentais* (1922), *Toda a América* (1925) e *Jogos pueris* (1926). No campo ensaístico, de *Pequena história da literatura brasileira* (1919), *O espelho de Ariel* (1923), *Estudos brasileiros – 1ª série* (1924), *Imagens do México* (1930), *Estudos brasileiros – 2ª série* (1931), *Estudos brasileiros – 3ª série* (1931), *Rabelais e o riso do Renascimento* (1931), *Le Brésil et le genie français* (1933), *Caderno de imagens da Europa* (1935) e *Itinerário: Antilhas, Estados Unidos, México* (1935) foram publicados postumamente. O primeiro reunindo, como já mencionado, artigos originalmente publicados no jornal carioca *A Pátria* na primeira metade da década de 1930; o segundo, as impressões que os países que figuram no título do livro haviam lhe deixado. Os estudos *Iguaçu* e *O Império do Brasil e as fronteiras do Prata* permanecem inéditos e seus originais, infelizmente, ainda desaparecidos.

literatura, já considerável e brilhante, constitui a melhor e a mais decisiva prova (Carvalho, 1922: 37).

Mas para garantir, de fato, essa “autonomia intelectual” seria necessário, segundo argumenta, nada menos do que forjar “uma organização social que se recomendasse pela cultura” (Idem, 1922: 286). Assim, ao articulá-la à “nação”, a idéia de “cultura” de Ronald de Carvalho assume um sentido político. “Cultura” representaria a síntese dos valores historicamente compartilhados, anteriores ao indivíduo, mas sempre atualizados em vida social, que formariam as normas sociais compartilhadas, isto é, um tipo de *ethos* no qual estaria fundada a coesão de uma coletividade social como “nação”. Noutras palavras, ela seria a fonte da solidariedade social de tipo nacional que precisava ser forjada como exigência da construção do moderno Estado-nação brasileiro. O sentido político dessa idéia de “cultura” vai se tornando progressivamente explícito e ganhando o plano principal da escrita de Ronald de Carvalho quando a acompanhamos cronologicamente.

Em *O espelho de Ariel* (1923), o voluntarismo do empenho intelectual conclamado, bem característico do modernismo, não deixa dúvidas quanto às intenções programáticas do Autor: tomar os anos 1920 como ponto de partida para a análise do processo formativo da sociedade brasileira como “nação” significava enfatizar não apenas a conjuntura especial em que se encontrava para tal avaliação, como também o papel que nela cabia para, a partir daquele momento, dar-lhe direção e imprimir-lhe um sentido verdadeiramente “nacional”. Afinal, o intelectual, acreditava Ronald de Carvalho, é “um transfigurador. Recebe a energia da vida e, em troca lhe dá forma [...] é um fenômeno singular, é uma luz. Os outros são prismas, simples refrações” (Idem, 1976: 80). Para tanto, fazia-se necessário estabelecer um programa normativo para a atuação do intelectual brasileiro que desse conta ao mesmo tempo do seu comprometimento prático com a busca da “cultura nacional”, mas não através da

ruptura com a “tradição”, como outros modernistas contemporâneos pareciam sugerir, e sim com uma certa continuidade social.

Em “Bases da nacionalidade brasileira” (1924) sustenta que o sentido da formação da nacionalidade brasileira seria dado pela progressiva encarnação, desde os tempos coloniais, da “vocação nacional” da qual as elites dirigentes seriam a portadora original no Estado. Não se trata, contudo, de qualquer Estado. Mas de um Estado forte e centralista que, baseado no papel histórico desempenhado pelas elites na modelagem da sociedade e, nesse sentido, no entrelaçamento das esferas pública e privada (como se pode inferir do enunciado anterior), reordenaria a sociedade brasileira como um Estado-nação moderno. Para dotar seu argumento de verossimilhança, o Autor recorre a dois argumentos históricos: a estabilidade social do Império como decorrência da centralização administrativa e política operada naquele período e o papel da família patriarcal como elemento de continuidade social ao longo da formação nacional brasileira.

Considerados em conjunto e em perspectiva analítica integrada, os ensaios de Ronald de Carvalho formam um programa intelectual relativamente sistemático que pode ser compreendido nos seguintes termos: É a partir dos diagnósticos feitos na *Pequena história da literatura brasileira* (1919) e em “Arte brasileira” (1924) de que o Brasil representaria uma “civilização”, mas não uma “cultura”, que se fundamenta o empenho de definição da própria “cultura” como o elemento de coesão social necessário para a formação da sociedade brasileira como Estado-nação. Com *O espelho de Ariel* (1923) definem-se os agentes sociais desse processo, os intelectuais, e o seu sentido, o da continuidade social e não da ruptura com a “tradição”. Ao passo que em “Bases da nacionalidade brasileira” (1924) são estabelecidos seus portadores sociais, as elites dirigentes, e o Estado como o âmbito a partir do qual aquele empenho deveria se realizar. O argumento central que perpassa esses ensaios prende-se, assim,   tese segundo a qual na adequação dos valores, das práticas e instituições sociais é

uma “cultura nacional” encerrar-se-ia a possibilidade de constituição, em meio aos dilemas históricos formativos da sociedade brasileira, de um Estado-nação mais orgânico. Só assim poder-se-ia completar a independência política feita há um século antes. Se os intelectuais são os atores sociais privilegiados nessa operação, caberia ao Estado, incorporando a experiência histórica das elites dirigentes, promover aquela adequação.⁶

Em “A técnica administrativa e o Estado moderno”, de *Caderno de imagens da Europa* (1935), volta à problemática de modo ainda mais explícito. Sugere que a “organização do Estado, na América Latina, sofreu todos os males do ambiente moral e intelectual do primeiro quartel do século passado” (Idem, 1935: 154). Esses “males” seriam decorrentes da “perigosa lição” da Revolução Francesa que, segundo o autor, teria contribuído “profundamente, para o acervo de erros e desatinos que distingue a nossa experiência democrática” (Ibidem). Era preciso então combater com rigor a “ideologia jurídica, o lirismo sociológico dos jacobinos”, que não apenas foram como “continuam a ser, infelizmente, os fermentos ativos do Estado latino-americano”, de tal modo que, acrescenta Ronald, em “cada cidadão deste novo mundo complexo reponta um ‘convencional’ de 89” (Idem, 1935: 155). Tudo teria se passado desse modo, para o Autor, porque entre nós “brasileiros”, o “amor aos grande modelos das civilizações passadas obscurece-nos, muitas vezes, a visão direta da realidade” (Ibidem). Nesse ponto do artigo explicita mais uma vez sua premissa ideológica: “antes de procurarmos conhecer as nossas mais imediatas necessidades, antes de penetrarmos na substância mesma da nossa *psyché*, inventamos todo um sistema de leis inaplicáveis, ideamos códigos que se não ajustam ao nosso caráter e firmamos princípios importados de outros povos, cuja índole aberra da nossa” (Ibidem).

Denunciando explicitamente a importação das “doutrinas germânicas ou anglo-saxônicas”, bem como o “constitucionalismo norte-americano” para a América Latina, em geral, e para o

⁶ Em Botelho (2005) desenvolvo passo a passo a demonstração do argumento em cada uma das obras referidas, respectivamente, nos capítulos 3, 4 e 5.

Brasil, em particular, cujo “talhe do corte contrariavam, de modo singular, o molde natural que nos convinha”, Ronald de Carvalho insiste em passagem decisiva: “Ao invés de construirmos, com elementos próprios e de acordo com a nossa idiossincrasia, o Estado brasileiro, argentino ou chileno, respeitando as suas diferenças, os seus pensadores e as diversas influências humanas e mesológicas, arquitetamos, em linhas do mais lamentável artificialismo, edifícios inexpressivos da nossa cultura e da nossa índole. Fizemos, no afã de imitar, uma série de Estados sob medida exótica” (Ibidem). Finalizando o artigo, uma última advertência emblemática: “Precisamos emendar quanto antes a mão” (Idem, 1935: 157). Talvez por isso, na homenagem póstuma que prestou ao amigo, Alceu Amoroso Lima não tenha deixado de ressaltar que, nos “últimos tempos, quando de novo nos aproximamos, depois de sua volta [de Paris], era ele [Ronald] o nacionalista integral, apologista do Estado Forte, fazendo o elogio da atitude reacionária” (Lima, 1942: 280).

Fazendo aqui a necessária distinção entre método e objeto, é preciso reafirmar que mesmo a despeito de, observado apenas o plano temático da narrativa, a abordagem nem sempre ser tão explícita, os ensaios desse modernista carioca, e suas formulações sobre literatura, artes plásticas, intelectuais, elites, cultura, sociedade e Estado, ganham inteligibilidade histórica e analítica no quadro mais amplo de debate sobre a questão nacional do período. Questão aqui tratada teoricamente como parte do processo de formação do Estado-nação como comunidade política típica da modernidade (Weber, 1982 e 1992; Bendix, 1996; Tilly, 1996; Reis, 1998; Giddens, 2001). Assim, o argumento teórico do trabalho, pode ser assim sintetizado: se o Estado-nação é fruto de complexos e múltiplos processos históricos que ganham inteligibilidade a partir de diferentes perspectivas analíticas, do ponto de vista sociológico ele envolve fundamentalmente a articulação entre o assentamento de um novo tipo de “autoridade pública” e a formação de uma também nova forma de “solidariedade social” à ela adequada. E embora também os fatores atuantes nessa relação de articulação

sejam múltiplos, deve-se investigar o papel desempenhado pelas representações ideais tendo em vista tanto que o princípio de “legitimidade” parece acompanhar os processo de assentamento da “autoridade pública” entre diferentes e crescentes segmentos da população de um Estado, como também que o Estado-nação não se constitui num vazio de relações sociais ou de formas tradicionais e fragmentadas de solidariedade social e autoridade.

Coerções de naturezas distintas sem dúvida atuam nesse processo que pode ser entendido, num nível, como de passagens de formas locais e primordiais de lealdade à outras mais universalizadas, abstratas, impessoais. Embora igualmente contundentes ou mais ainda do que as locais, pessoais, face à face. E mais uma vez não parece secundário o papel desempenhado nessas “passagens” pela cultura e pela política, daí a valorização metodológica da associação de ambas as dimensões como arena em que se desenvolve a construção social da adesão dos indivíduos, dos grupos sociais, das sociedades ao projeto abrangente do Estado-nação.⁷ Projeto em curso e que não se realiza sem o concurso das representações ideais socialmente construídas sobre ele mesmo, já que idéias são forças sociais reflexivas atuantes nos processos de mudança social. O princípio da reflexividade, segundo o qual formas de conhecimento social têm conseqüências práticas diretas e imediatas para a sociedade, ou ainda, que o caráter das práticas sociais é afetado pelo constante reexame a que estão submetidas a partir das informações produzidas sobre elas, é aqui fundamental (Botelho, 2005).⁸ No caso da formação do Estado-nação como eixo institucional da modernidade, implicou na sua própria construção discursiva, a qual, por sua vez, tornou-se em certa medida parte integrante da própria realidade social que ajudou a estabelecer: pois “o desenvolvimento

⁷ A participação dos intelectuais e das idéias no processo de construção do moderno Estado-nação tem sido assinalada de maneira mais ou menos fragmentada, sob diferentes perspectivas teóricas e em medidas bastante diferentes pela literatura pertinente. Em especial nas vertentes que, desde Max Weber (1982 e 1992), tendo em vista problemas como “soberania” e “legitimidade” como condição do assentamento da “autoridade pública” entre diferentes e crescentes segmentos da população de um Estado, o que aliás é justamente o que distingue o Estado-nação de outras formas de Estado historicamente existentes, valorizam e associam a dimensão política, como arena em que se combinam “violência” e “consentimento”, e a dimensão cultural e ideológica daquele processo (Ricupero, 2004; Botelho, 2005).

⁸ Para uma visão integrada do problema da reflexividade na teoria social contemporânea, ver Domingues, 2002.

de Estados necessariamente coincide com a formação de modos de discursos que moldam, de forma constitutiva, o que o poder de Estado é” (Giddens, 2001: 227).

Exercendo o “poder ideológico” através da palavra (Bobbio, 1997: 11), Ronald de Carvalho simultaneamente fez a crítica aos valores e instituições liberais, como manteve a vitalidade do pensamento conservador nos anos 1920-30. E isso também porque, como rotinizador, soube estender aquela crítica de maneira cumulativa, manifesta e latente das arenas ordinárias a ela em geral designadas às menos óbvias e mais cotidianas, como as da reflexão sobre a formação da literatura, das artes plásticas, da atuação dos intelectuais e das elites. E assim procedendo deu sentido a atividade já eminentemente política que é a escrita (Rancière, 1995), como toda a ação que pretende moldar o social (Arendt, 1993; Ribeiro, 2000). Disponibilidade para tanto parece não ter faltado a Ronald de Carvalho. Recursos sociais, institucionais e intelectuais também não.

Rotina intelectual e efeitos discursivos

O que afinal Ronald de Carvalho estava *fazendo* ao escrever seus numerosos artigos, conferências e ensaios de “interpretação do Brasil”? A resposta a esta pergunta central para este trabalho, como na abordagem de Skinner que a inspirou, permite distinguir duas dimensões dos textos históricos.⁹ Em primeiro lugar, a “dimensão do sentido, o estudo do significado e do referente supostamente ligados às palavras e às frases. A outra encontra sua melhor descrição como a dimensão do ato lingüístico, o estudo da gama de coisas que os falantes são capazes de fazer em (e por meio de) seu uso das palavras e frases” (Skinner, 1999: 22-3).¹⁰

⁹ Segundo Skinner, sua “argumentação exemplifica uma abordagem particular do estudo e interpretação dos textos históricos. A essência de meu método consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que esses autores estavam *fazendo* ao escrevê-los” (Skinner, 1999: 22).

¹⁰ A primeira dimensão é identificada, por Skinner, como tradicionalmente objeto da abordagem hermenêutica; ao passo que a segunda dimensão, constitui o objeto da sua própria abordagem (Skinner, 1999: 23).

Movido pelo desejo modernista de tornar o “Brasil” mais familiar aos “brasileiros”, Ronald procurou combater os tradicionais mecanismos sociais de transplante cultural e institucional e buscar uma “cultura brasileira” autêntica como elemento de coesão para a sociedade enfrentar o desafio de se reconstruir modernamente como Estado-nação. Esse não se afigurava, contudo, um desafio modesto, segundo a interpretação formulada nos seus ensaios. Em primeiro lugar porque, dados os dilemas históricos formativos da sociedade brasileira, nem mesmo a independência política realizada em 1822 havia de todo assegurado à sociedade um projeto e um destino autônomos coesos tão profundamente marcada que estava pela sua condição colonial de origem. Associado a isso, em segundo lugar, porque o influxo contemporâneo dos princípios normativos das culturas políticas liberal e democrática, tomados como meramente importados, dificultavam até mesmo a identificação da “particularidade” da nossa formação social, condição intelectual para uma organização mais orgânica da sociedade brasileira como Estado-nação.

A problemática da desarticulação das esferas cultural e político-institucional com a realidade social brasileira como decorrência do transplante de idéias e instituições identificada na obra de Ronald de Carvalho está dentre as que foram mais valorizadas - do ponto de vista intelectual e do ponto de vista político – tanto por autores contemporâneos a Ronald quanto por outros posteriores, e se faz presente em obras capitais do pensamento social brasileiro. Como seguramente em *Populações meridionais do Brasil* (1920) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) de Oliveira Vianna (1973 e 1983). E, para permanecer no mesmo exemplo, também o prognóstico segundo o qual a “cultura brasileira” constituiria a base social de ordenação orgânica da “realidade”, é igualmente central na perspectiva de Vianna manifesta, entre outras considerações, na que se refere à inutilidade das reformas políticas e jurídicas que se fizessem dissociadas substancialmente do “direito costumeiro”, isto é, da cultura e da tradição nacionais (Vianna, 1987). Perspectiva que já forma o eixo de “O idealismo da

constituição”, ensaio no qual Oliveira Vianna faz a sua conhecida distinção entre “idealismo utópico” e “idealismo orgânico” tendo como critério justamente a adequação dos “sistemas doutrinários” ou “conjunto de aspirações políticas” à “realidade nacional” (Idem, 1981). E que, aliás, como “Bases da nacionalidade brasileira” de Ronald, fora publicado também em *À margem da história da República*, organizado por Vicente Licínio Cardoso em 1924 como um balanço crítico da República no qual se ressalta justamente, de diferentes perspectivas, a legalidade sem correspondência na sociedade brasileira das instituições liberais republicanas, de um lado, e a “cultura” como base social da constituição da sociedade brasileira como Estado-nação, de outro (Cardoso, 1981).

Assinalo ainda com relação à congruência entre Ronald de Carvalho e Oliveira Vianna, o mesmo sentido autoritário nos prognósticos apresentados para a resolução dos dilemas formativos da sociedade identificados. Refiro-me, é claro, a proposição de centralização e fortalecimento de um novo Estado como único ator capaz de ordenar a velha sociedade. Nas palavras paradigmáticas de Vianna:

Problema, como se vê, de estruturação e ossificação da nacionalidade: trata-se de dar, ao nosso agregado nacional, massa, forma, fibra, nervo, ossatura, caráter. Problema, pois, de condensação, de concentração, de unificação, de síntese. Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: *pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: – a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal* (Vianna, 1973: 287, grifos no original).

Tal qual a “transmissão da tocha entre corredores”, de que fala Antonio Candido em relação à formação de uma “continuidade literária” (Candido, 1964: 25-6), também no caso de Ronald de Carvalho seus ensaios, artigos, conferências e mesmo poesias, além da sua trajetória como intelectual, diplomata e chefe da Casa Civil do governo constitucional Vargas, contribuíram para assegurar “no tempo e no movimento conjunto” (Idem, 1964: 26), a difusão da tese normativa dos 1920 formulada em termos altamente elaborados e complexos na obra

de Oliveira Vianna: a “cultura brasileira” particular, e não projeções ideais mais universalistas e/ou racionais-legais associadas a uma visão contratualista da sociedade, por exemplo, formaria o padrão de “solidariedade social” necessário para a construção e o assentamento de uma “autoridade pública” moderna no Brasil. E isso inclusive por que o modernista carioca soube estendê-la à âmbitos mais diversificados e mesmo mais cotidianos - como o da reflexão sobre a formação da literatura, das artes plásticas, dos intelectuais e das elites - do que apenas o âmbito clássico da reflexão/proposição sobre a organização do poder do Estado.

E a familiaridade de muitas das idéias formuladas nos ensaios de Ronald, prende-se, do ponto de vista sociológico, não a uma questão de “originalidade”, ou falta dela, mas antes pode ser indício de que as assimilamos socialmente de tal modo que elas acabaram por tornar-se em larga medida “senso comum” na sociedade contemporânea. É que, uma das implicações da reflexividade do conhecimento social diz respeito justamente ao fato de que, uma vez “reincorporadas na ação”, a “qualidade original” das idéias pode se perder e elas podem mesmo se tornar “excessivamente familiares” (Giddens, 2003: XXXIX). E se, como aqui, tem-se a pretensão de identificar a condição de forças sociais reflexivas das idéias, é mesmo difícil perceber como poder-se-á chegar a esse tipo de compreensão se, retomando a boa provação de Skinner, “continuarmos, no estudo das idéias políticas, concentrando o eixo de nossa atenção naqueles que debateram os problemas da vida política num nível de abstração e inteligência que nenhum de seus contemporâneos terá alcançado” (Skinner, 1999a: 11).

Aos olhos dos seus contemporâneos, sobretudo dos modernistas paulistas, Ronald de Carvalho pareceu mesmo um “vulgarizador” de idéias (Holanda e Moraes Neto, 1974; Andrade, 1978 e 2000; Bandeira, 2000). A sugestão, pesadas as disputas por hegemonia na vida cultural brasileira por parte dos modernistas paulistas com os estabelecidos na então capital federal (Gomes, 1999), possui um sentido pertinente para pensar as idéias como forças sociais reflexivas para além do testemunho dos pares, ainda que este possa ser indicativo de

parte da recepção dos ensaios de Ronald no contexto intelectual do modernismo brasileiro. Em todo caso, é preciso atentar para uma dinâmica social mais ampla que envolve um certo jogo em nada simples entre escritor e os leitores em geral, congruente àquilo que Jauss (1978 e 1994) chama de “horizonte de expectativas” ou Fish (1980) de “comunidades interpretativas”. No caso de Ronald de Carvalho, como noutros de escritores que, como já sugeria Candido, tendo em vista as possibilidades receptivas dos leitores, procuram adequar-se aos padrões correntes, “sua força não provém da singularidade do que exprimem, mas do fato de saberem fornecer ao leitor mais ou menos o que ele espera, ou é capaz de esperar. A facilidade com que o leitor apreende o texto é, geralmente, o índice da conformidade deste com as possibilidades médias de compreensão e as expectativas do meio” (Candido, 1964 -II: 137).

Confirmando a seu modo, a tese de que a “cultura tradicional” ultrapassa a “cultura de vanguarda no consumo literário de toda a sociedade” (Darnton, 1990: 111), pode-se dizer que Ronald de Carvalho desfrutou mesmo de popularidade significativa junto ao público leitor do período.¹¹ Pode-se lembrar, nesse sentido, em primeiro lugar, do fato de Ronald de Carvalho ter exercido intensa e sistemática atividade como publicista através da imprensa da então capital federal publicando artigos quase semanais durante duas décadas, sendo sua atuação no Itamaraty, ou mesmo a frente da Casa Civil do Governo Constitucional Vargas, fortemente marcadas pelo empenho intelectual. Em segundo lugar, do uso didático a que a *Pequena história da literatura brasileira* foi submetida como manual para o ensino de literatura

¹¹ A popularidade de Ronald de Carvalho pode ser ilustrada pela sua escolha, por parte dos leitores da revista *Fon-Fon!*, para suceder ao corifeu do parnasianismo Coelho Neto como “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”. Note-se a esse respeito que a *Pequena história da literatura brasileira* e *Poemas e sonetos*, ambos de 1919, foram premiados pela Academia Brasileira de Letras no mesmo ano. Pode ser indicada também pela mobilização da imprensa da capital federal suscitada por seu acidente automobilístico, agonia e morte, como ilustra o *Jornal do Brasil* que, entre reproduções de fotografias do escritor, da sua biografia e bibliografia, repassa o seu desenlace passo a passo em várias páginas da edição de 16 de fevereiro de 1935: do acidente ao enterro no cemitério São João Batista; passando pelo itinerário do cortejo fúnebre, com as devidas manifestações populares, ao velório no Palácio Itamaraty; pelas presenças ilustres, das autoridades públicas nacionais, encimada pelo Presidente da República que, como a reportagem informa, “desceu de Petrópolis especialmente para visitar a câmara ardente” (*Jornal do Brasil*, 16/02/1935: p. 7), ao corpo diplomático estrangeiro e homens de letras; sem faltar a descrição minuciosa das homenagens recebidas e dos discursos proferidos, do grau de comoção desses, do sofrimento dos

brasileira nas escolas durante pelo menos cinco décadas desde a sua publicação em 1919. E textos submetidos a usos didáticos, meio de socialização por excelência, atuam eficientemente na transmissão sistemática de representações sobre o Brasil, “por meio das quais, na sucessão das gerações, nos formamos moral, intelectual e politicamente” (Botelho, 2002: 24).¹²

Mesmo não sendo possível, e tampouco desejável, subestimar o fato de que a educação formal continuava a ser nos anos 1920-30 prerrogativa quase exclusiva das elites, posto que cerca de 75% da população do Brasil era então analfabeta (Idem, 2002: 57), é preciso reconhecer que isso não impedia, contudo, a formação de um público leitor no país (Lajolo e Zilberman, 1996; Miceli, 2001: 69-291). Era aquele o momento, vale ainda lembrar, de expansão das atividades da imprensa, em parte dinamizada em função dos melhoramentos do suporte técnico e dos métodos de reprodução então empregados (Süssekind, 1987), bem como de ampliação de um mercado do livro como parte de um processo mais amplo de “substituição de importações no mercado de bens culturais” que, junto a disseminação de diplomas, acabou por reconfigurar as relações dos intelectuais com a sociedade e o Estado (Miceli, 2001: 69-291). O que, por sua vez, também favoreceu a materialização de empreendimentos editoriais voltados especificamente para assuntos brasileiros na década de 1930, a exemplo das coleções *Brasiliiana* e *Documentos Brasileiros* (Pontes, 2001). Além disso, a produção modernista expressa, em diferentes níveis, o notável empenho coletivo dos intelectuais do período na reflexão sobre a formação da cultura, do povo, da sociedade e do Estado brasileiros. Empenho que já assinala a importância crescente que um conhecimento

familiares, do esquife e até mesmo de - como figura no título de uma das seções da reportagem - “Como estava vestido o morto”!(Ibidem).

¹² Com a publicação da *Pequena história* em 1919, observa um crítico, surgia o “primeiro manual *moderno* de sua especialidade e que, vindo depois dos de Sílvio Romero e José Veríssimo, surpreendia, antes de mais nada, por uma qualidade de que não dispunham os anteriores: era bem escrito” (Martins, 1983: 465, grifos no original). Sobre seu uso didático temos o testemunho de Antonio Candido que, no prefácio de 1957 à primeira edição da *Formação da Literatura Brasileira* (1959), diz: “*Desejo aqui, mencionar um tipo especial de dívida em relação a duas obras bastante superadas que, paradoxalmente, pouco ou quase nada utilizei, mas devem estar na base de muitos pontos de vista, lidas que foram repetidamente na infância e adolescência. Primeiro, a História da Literatura Brasileira, de Sílvio Romero, cuja lombada vermelha, na edição Garnier de 1902, foi bem cedo uma das minhas fascinações na estante paterna [...] Li também muito*

mais sistemático do social assumia fosse no sentido da compreensão da formação da sociedade, fosse para, com base nela, intervir nos rumos do seu desenvolvimento (Bastos, 1993; Brandão, 2001; Villas Boas, 2003). E também a esse propósito, o modernismo constitui *momento decisivo*, por assim dizer, da formação do pensamento social brasileiro como vem mostrando a recuperação do “diálogo” intelectual mantido com ele tanto por parte do ensaísmo dos anos 1930-40, quanto pelas ciências sociais em registro institucional a partir daí e por diversos outros gêneros e práticas culturais (Araújo, 1994; Peixoto, 2000; Arruda, 2001).

O que talvez tenha escapado a outros modernistas contemporâneos de Ronald de Carvalho, e negligenciado em análises do modernismo brasileiro, é que os chamados “lugares comuns” - como índice de conformidade às possibilidades receptivas do leitor - constituem também e freqüentemente recursos retóricos fundamentais para os intelectuais que, acomodando seus argumentos às opiniões e valores médios em geral aceitos, buscam dotar suas idéias de um caráter intrinsecamente persuasivo (Skinner, 1999: 159-175). E os textos de Ronald de Carvalho pareceram aos seus contemporâneos, além de vulgarizadores, também muito bem escritos. Entre eles, creio que Alceu Amoroso Lima, sugerindo que a “língua portuguesa, em suas mãos, é como argila em dedos de escultor” (Lima, 1948: 38), soube divisar melhor do que ninguém o que estava em jogo naquela fluência da narrativa: Ronald de Carvalho munido de “um tão perfeito instrumento de expressão pôde dar mais relevo às idéias e mais propriedades às apreciações” (Idem, 1948: 139).

No plano formal, os artigos e ensaios de Ronald de Carvalho são marcados a tal ponto pelo uso prolixo de recursos expressivos dramáticos que não deixam de lembrar certa combinação de ficção e história que celebrizou a novela histórica romântica entre nós, cumprindo seu objetivo de atrair e cativar a atenção dos leitores (Meyer, 1996). Mas isso,

a Pequena História, de Ronald de Carvalho, pelos tempos do ginásio, reproduzindo-a abundantemente em provas e exames, de tal modo estava impregnado de suas páginas” (Candido, 1964: 03, grifos no original).

acrescido de certos tons de “oralidade” e “familiaridade” próprios das conquistas modernistas no plano da linguagem (Arrigucci Jr., 1990) que operam no sentido de afastar ainda mais a narrativa ensaística do relato impessoal, diminuindo, desse modo, também ainda mais a distância com o leitor. Se narrar é a capacidade de trocar por palavras “experiências vividas” (Benjamin, 1975), sem esquecer ainda da sua capacidade, ausente na descrição enquanto método de composição, de nos remeter/integrar a uma idéia/sentimento de totalidade para além da presença imediata (Lukács, 1965), nada parece mais apropriado do que narrar a “nação” para atingir a adesão aos seus ideais normativos (Bhabha, 1990). E como os narradores habilidosos em geral, também Ronald de Carvalho não poupou “volubilidade” para conferir certas verossimilhança e plausibilidade às suas idéias ao menos ao ponto de torná-las idealmente congruentes aos interesses materiais e ideais arraigados em setores estratégicos dos estratos médios e dirigentes da sociedade brasileira dos anos 1920-30.

Assim, se Ronald de Carvalho, como queriam Sergio Buarque e Prudente de Moraes neto, era “filho família da nossa crítica tradicional” (Holanda e Moraes Neto, 1974: 216), ou mesmo que, como ponderava Mário de Andrade em relação a ele, o “escrever para jornais e conferências prejudica o artista” (Andrade, 2000: 139), são elementos que, do ponto de vista da problemática substantiva deste trabalho, longe de constituir “defeitos” idiossincráticos do Autor, corroboram ainda mais a nossa hipótese. Pela própria condição de rotinização que assumiram, os ensaios de Ronald de Carvalho permitiram que os leitores encontrassem elementos que, suscitando sentimentos de pertencimento a uma coletividade, acabaram por lhes favorecer a identificação subjetiva como, por assim dizer, “brasileiros”.

Possibilidade de identificação que representa, na verdade, uma das mais contundentes pretensões do nosso modernismo, e para cuja inteligibilidade concorre a constatação de que embora houvesse elementos de uma “identidade nacional”, como alguma unidade lingüística, religiosa e mesmo política, parecia inexistir até aquele momento algo como um “imaginário

social” mais definido que tornasse as experiências coletivas mais integradas de um ponto de vista subjetivo (Carvalho, 1990: 32). Afinal, a República (1889) inaugura as condições potenciais para a generalização da cidadania enquanto forma de identidade coletiva de uma “comunidade política”, uma vez que no ano anterior com a Abolição foram vencidos do ponto de vista formal os obstáculos para isso, embora sem dúvida persistissem e persistam problemas centrais à integração social decorrentes da forma pela qual a escravidão foi abolida no Brasil (Fernandes, 1965).

Entre os testemunhos desse processo de construção de um “imaginário social” a partir e com a obra de Ronald de Carvalho no modernismo, ilustro com o de Mário de Andrade e seu emblemático poema “Descobrimento” (1927) dedicado a Ronald. Nele, ao explicitar o quanto a leitura de um livro “nacionalmente” composto - provavelmente o *Toda a América* do homenageado -, e também como as idéias transmitidas por vias impressas, possibilitam um tipo de identificação subjetiva especial por parte do leitor como pertencente a uma “comunidade de sentimento” (Weber, 1982: 207) ou a uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1991), Mário acaba por sugerir claramente o papel social das representações ideais na construção de novos conjuntos de valores sociais e, assim, de padrões de solidariedade de tipo nacional independente dos próprios contatos físicos entre seus membros:

Abancado à escrivaninha em São Paulo
Na minha casa da Rua Lopes Chaves
De supetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo, muito comovido
Com o livro palerma olhando pra mim.
Não vê que me lembrei que lá no norte, meu Deus! Muito longe de mim
Na escuridão ativa da noite que caiu
Um homem pálido magro de cabelo escorrendo nos olhos,
Depois de fazer uma pele com a borracha do dia,
Faz pouco se deitou, está dormindo
Esse homem é brasileiro que nem eu (Andrade, s.d.: 159).

Considerações finais

Os sentidos políticos assumidos pela combinação entre os temas da renovação cultural e da organização social e política no contexto do modernismo brasileiro dos anos 1920 foram certamente diversificados. E também o desafio de tornar o Brasil familiar aos brasileiros comporta múltiplas dimensões sociais, como a cultural e a política aqui enfocadas, e outros sentidos ideológicos, assim como nuances entre a antítese “autoritário”/“liberal” destacada neste trabalho. Compreende também, em qualquer uma dessas direções, como ilustra o próprio caso do modernismo, tanto sentimentos quanto críticas. E continua em aberto em diferentes possibilidades de combinação. Em Ronald de Carvalho o sentimento do Brasil, como observou Carlos Drummond de Andrade, parecia de alguma forma querer anular ou enfraquecer a visão crítica: “Não sei se a crítica se desenvolve à custa do sentimento; mas creio que este se desenvolve à custa daquela” (Andrade, 2002: 121).

O reconhecimento da especificidade de Ronald não deve, contudo, conduzir à impressão de tratar-se de um caso isolado ou mesmo idiossincrático. Com particularidades que, a meu ver, devem sempre ser especificadas, não é justamente essa combinação ambígua de soluções formais inovadoras com matérias e formas de autoridade fundamentalmente tradicionais, presentes nos ensaios de Ronald de Carvalho, que caracteriza também o modernismo brasileiro e o torna tão emblemático, ainda que não idiossincrático, na sociedade brasileira e em suas seqüências história e lógica? Assim, pode-se lembrar em primeiro lugar, que a “crise” das culturas políticas liberal e democrática fora um consenso entre os intelectuais dos anos 1920 não apenas no Brasil, mas em plano internacional, como também o foram a demanda de unificação cultural e a influência hegemônica das ideologias nacionalistas em seus diferentes matizes (Martins, 1987; Bomeny, 1994; Velloso, 1996; Lahuerta, 1997; Gomes, 1999; Miceli, 2001; Camargos, 2002). Contexto que no Brasil, dada a ausência de vínculos institucionais que favorecessem a associação por interesses num

“campo cultural” estruturado e independente, abriu possibilidades para que o Estado, talvez mais diretamente no caso de alguns modernistas cariocas, como no de Ronald de Carvalho, e sempre o “favor” das classes dirigentes, representassem meios estratégicos fundamentais para a consagração intelectual dos modernistas e para a afirmação da sua “vocação”, também ela dirigente.

Em segundo lugar, pode-se lembrar que embora a idéia de *ruptura* constitua tema central do modernismo é preciso reconhecer que ele comporta claramente uma “forte dimensão de continuidade” que não se deixa ver tanto nos aspectos propriamente literários ou plásticos, mas principalmente “nos aspectos programáticos que unem visão social e intencionalidade estética decorrente” (Berriel, 2000: 11). De modo que se “o desejo de unir ruptura estética com transforma o social tocou os segmentos de maior generosidade do Modernismo, não o fez da mesma forma para outros setores – sem que, entretanto, estes percam sua força de representatividade com rela o ao movimento” (Ibidem). Foi isso, de certa de forma, que Mário de Andrade notou numa carta de 1924 a Bandeira: “E o chamado Modernismo? Mas eu quero saber quem no mundo poderá definir o Espírito Moderno sem incluir dentro dele as orienta es mais díspares! Como afirmar que Ronald e Gui [Guilherme de Almeida], incluída e lembrada mesmo a parte formalista das obras deles, não são modernistas?” (Andrade, 2000: 322).

Como compreender a necessidade social de um dado g nero narrativo, como os ensaios de Ronald de Carvalho em rela o ao processo de constru o do Estado-na o no Brasil nos anos 1920-30, é diferente de indicar seus efeitos discursivos e políticos, deve-se considerar ainda a possibilidade da “rotiniza o” de idéias operada nas diferentes esferas sociais articuladas na sua produ o, recep o e circula o ter corroborado a convic o ideológica mais ampla e mais tenaz da superioridade dos recursos de “autoridade” sobre os de “solidariedade social”. Convic o ideológica socialmente traduzida na precedência do Estado

sobre os ordenamentos de convivência societária que fundamentou a concepção hegemônica de nossa identidade coletiva como comunidade política. E que, institucionalizada no (não por acaso chamado) “Estado Novo”, pautou não apenas as ações sociais e políticas públicas até o passado mais ou menos recente, como, associada a outros fatores de coordenação social, coloca problemas e desafios centrais para a cidadania e a integração social na sociedade brasileira contemporânea.

Sim, os problemas envolvidos no relacionamento Estado-nação e cidadania são de fato relevantes demais, mas também esquivos demais, para nos limitarmos a procurá-los apenas no lugar e sob a forma que já supúnhamos de antemão poder encontrá-los. Os textos modernistas de Ronald de Carvalho contribuíram para a rotinização da convicção ideológica da superioridade dos recursos de “autoridade” sobre os de “solidariedade”, ou da precedência do Estado sobre os ordenamentos de convivência societária, que formam a nossa “cultura política”. E se é o reconhecimento da simbiose histórica entre nação e Estado que coloca permanentemente o problema da atualização da legitimidade da “autoridade pública” via processos ideológicos, não se trata, contudo, de pensar a consolidação desse processo - seja ele autoritário ou liberal - como mera derivação ou resíduos de legados culturais. Eles serão atualizados ou não nas práticas sociais e por seus portadores sociais, ainda que o seu sentido seja em parte definido pela “seqüência histórica” das escolhas coletivas feitas no passado. Mas porque a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto, faz-se necessário voltar hoje às “interpretações do Brasil”, uma vez que elas não operam apenas no sentido da compreensão da formação social, mas também delimitam posições nas disputas de poder cronicamente travadas na sociedade. Mas é preciso estar atento, pois, como Ronald de Carvalho (1922: 58) tão acertadamente notou, a “Scheherazade brasileira é mais conceituosa que opulenta, educa mais que deslumbra”.

Bibliografia

- AMARAL, A. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- ANDERSON, B. *Imagined communities. Reflexions on the origin and spread of nationalism*. 2^a ed. Londres: Verso, 1991
- ANDRADE, C. D. de. Carta 12. In: *Carlos e Mário: correspondência entre Carlos Drummond de Andrade – inédita – e Mário de Andrade: 1924-1945*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002, pp. 120-24.
- ANDRADE, M. de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978.
- _____. *De Paulicéia desvairada a Café (Poesias completas)*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- _____. Cartas 43 e 160. In: MORAES, M. A. (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e IEB/USP, 2000, 135-7; 320-25.
- ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e Paz. Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 6^a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARRIGUCCI JR. D. *Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ARRUDA, M. A. do N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- AZEVEDO, N. P. de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.
- BANDEIRA, M. “Itinerário de Pasárgada”. In: *Manuel Bandeira: Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Companhia José Aguilar Editora, 1974, pp. 27-102.
- _____. Carta 44 In: MORAES, M. A. (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e IEB/USP, 2000, pp. 137-40.
- BASTOS, E. R. “Oliveira Vianna e a sociologia no Brasil (um debate sobre a formação do povo)”. In: _____. e MORAES, J. Q. de (Orgs.): *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, pp. 405-28.
- BENDIX, R. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BENJAMIN, W. “O narrador”. In: *Os pensadores*, vol. XLVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1975, pp. 63-82.
- BERRIEL, C. E. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000.
- BHABHA, H. K. (Ed.). *Nation and narration*. Londres: Routledge, 1990.
- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo Editora da UNESP, 1997.
- BOSI, A. *A literatura brasileira: o pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- BOTELHO, A. *Aprendizado do Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.
- _____. *O Brasil e os dias. Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- _____. “Circulação de idéias e construção nacional: Ronald de Carvalho no Itamaraty”. Estudos históricos. CPDOC/FGV, n. 35 (no prelo).

- BRADBURY, M. e McFARLANE, J. *Modernismo: Guia Geral, 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BRANDÃO, G. M. “Idéias e intelectuais: modos de usar”. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo: CEDEC, no. 54, 2001, pp. 25-34.
- CAMARGOS, M. “Arca antropofágica”. *CULT*. São Paulo, n. 55, 2002, pp. 50-3.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.
- _____. “Prefácio”. In: MOREIRA, L. F.: *Meninos, poetas e heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do Modernismo ao Estado Novo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, pp. 15-8.
- CARDOSO, V. L. *À margem da história da República*. Brasília: Editora da UNB, 1981.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, R. *Pequena história da literatura brasileira*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1922.
- _____. *O espelho de Ariel e Poemas Escolhidos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976.
- _____. *Estudos brasileiros, 1ª série*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia., 1924.
- _____. *Caderno de imagens da Europa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- COSTA, J. C. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DINIZ, A. *Delictos da linguagem contra a honra. Direitos da crítica literária (sobre o processo crime que Ronald de Carvalho moveu contra Osório Duque Estrada)*. Rio de Janeiro: Editora Brasileira Lux, 1924.
- DOMINGUES, J. M. “Reflexividade, individualismo e modernidade”. *RBCS*, junho 2002, vol. 17, n. 49, pp. 55-70.
- EAGLETON, T. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- ENZENSBERGUER, H. M. “As aporias da vanguarda”. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 26-7, jan-março de 1971, pp. 85-112.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965, Vol. 1.
- FISH, S. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard UP, 1980.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *O Estado-nação e a violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- GOLDSTEIN, N. S. *Do Penumbismo ao Modernismo: o primeiro Bandeira e outros poetas significativos*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- GOMES, A. de C. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HARDMAN, F. F. “Antigos modernistas”. In: NOVAES, A. (Org.): *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 289-305.

_____. “Algumas fantasias de Brasil: o modernismo paulista e a nova naturalidade da nação”. In: DECCA, S. de e LEMAIRE, R. (Orgs.): *Pelas Margens: outros caminhos da história da literatura*. Campinas, Porto Alegre: Ed. da UNICAMP, Ed. da Universidade – UFRGS, 2000, pp. 317-32.

HOLANDA, S. B. de. “O Lado oposto e os outros lados”. In: *O Espírito e a Letra: Estudos de crítica literária I, 1920-1947*. Organização, introdução e Notas de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 224-8.

_____. e MORAES, NETO, P. “Ronald de Carvalho – *Estudos brasileiros* Anuario do Brasil – Rio, 1924”. *Estética* (edição fac-similar). Rio de Janeiro: Gernasa, 1974, pp. 215-8.

JAMESON, F. “Sobre os estudos de cultura”. *Novos Estudos*. CEBRAP. São Paulo, n. 39, julho de 1994, pp. 11-48.

JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris Gallimard, 1978.

_____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 16/02/1935, p. 7.

LAHUERTA, M. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: LORENZO, H. C. de & COSTA, W. P. (Orgs.): *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, pp. 93-114.

LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

LAMOUNIER, B. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação”. In: FAUSTO, B. (Org.): *O Brasil republicano*, V. II, Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp. 343-74.

LIMA, A. A. “Evocação de Ronald de Carvalho”. In: *Autores e Livros*. Rio de Janeiro, Ano II, vol. II, n. 18, 7 de junho de 1942

_____. *Primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Agir, 1948

LUKÁCS, G. “Narrar ou descrever? Contribuição para uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo”. In: *Ensaios sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp. 163-177.

MARTINS, L. “A gênese de uma *Intelligentsia* - os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n. 4, vol. 2, junho de 1987, pp. 65-87.

MARTINS, W. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 2 volumes.

MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICELI S. *Imagens negociadas: retratos da elite brasileira (1920-40)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Intelectuais e classes dirigentes no Brasil”. In: _____. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 69-291.

MILLIET, S. *Panorama da moderna poesia brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MES, 1952.

MURICY, J. A. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952, 3 volumes.

OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

PEIXOTO, F. A. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP, 2000.

- PONTES, H. "Retratos do Brasil: Editores, editoras e "Coleções Brasileira" nas décadas de 30, 40 e 50". In: MICELI, S. (Org.): *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume 1. 2ª edição. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, pp. 419-476.
- PRADO, A. A. *1922 - Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- RANCIÈRE, J. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- REIS, E. P. "O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro". In: _____. *Processos e escolhas. Estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998, pp. 67-90.
- RIBEIRO, R. J. *A sociedade contra o social. O alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RICUPERO, B. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIVAS, P. "Paris como a Capital Literária da América Latina". In: CHIAPPINI, L. e AGUIAR, F. W. de (Orgs.): *Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional*, 9 a 13 de setembro de 1991. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, pp. 99-114.
- SARAIVA, A. *O Modernismo brasileiro e o Modernismo português*. Porto: s/e, 1986.
- SCHWARZ, R. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SILVEIRA, T. da. "50 anos de literatura". In: *Modernismo: estudos críticos*. Revista Branca. s. e., s.d.
- SKINNER, Q. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- _____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [a].
- SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras. Literatura, técnica e modernização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TILLY, C. *Coerção, capital e estados europeus, 990-1992*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- VIANNA, F. J. O. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro, UFF, 1973.
- _____. "O idealismo da constituição". In: CARDOSO, V. L. (Org.). *À margem da história da República*. Tomo 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 103-18.
- _____. *Instituições políticas brasileiras*. 2 volumes. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.
- VILLAÇA, A. C. "Ronald, o clássico modernista". In: CARVALHO, R.: *O espelho de Ariel e Poemas escolhidos*. Rio de Janeiro: Nova Agulhar; Brasília: INL, 1976, pp. 11-15.
- VILLAS BÔAS, G. "Casa grande e terra grande, sertões e senzala: a sedução das origens". In: KOSMINSKY, E. et. al.: *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, pp. 115-134.
- WEBER, M. "A nação". In: _____.: *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982, pp. 201-10.
- _____. *Economia y sociedad*. México, DF, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- WILSON, E. "Marcel Proust". In: _____.: *Onze ensaios: literatura, política, história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 81-114.
- WINOCK, M. *O século dos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.